

- REQUERIMENTO** Número / (.ª)
- PERGUNTA** Número / XVII (1 .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto: Medidas de resposta à erosão do poder de compra

Destinatário:Ministro da Economia e da Coesão Territorial

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Indicadores económicos recentemente publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Observatório do Imobiliário em Portugal descrevem um cenário de forte pressão sobre o orçamento das famílias no arranque de 2026. Os dados consolidados relativos ao ano de 2025 revelam que, embora a taxa de inflação global tenha registado um ligeiro abrandamento para 2,3%, existe uma aceleração preocupante nos bens de primeira necessidade.

Segundo o INE, os preços dos alimentos e bebidas não alcoólicas inverteram a tendência de queda e cresceram 2,8% em 2025, uma subida mais acentuada do que os 2,4% registados no ano anterior. Este aumento é particularmente visível em produtos essenciais não transformados: a carne e o peixe ficaram, respetivamente, 7,7% e 7,3% mais caros, enquanto as frutas registaram uma subida de 5,1%.

O INE confirma que cerca de dois terços (63%) do cabaz total de bens e serviços das famílias registaram subidas de preço superiores às verificadas em 2024, evidenciando que a inflação está agora mais concentrada em itens de consumo obrigatório.

O setor da grande distribuição em Portugal tem sido recorrentemente alvo de sanções pesadas por parte da Autoridade da Concorrência (AdC), que identificou um padrão de cartelização indireta conhecido como hub-and-spoke. Neste modelo, as principais cadeias de supermercados utilizam fornecedores comuns para alinhar preços de venda ao público, eliminando a concorrência direta. Entre 2020 e 2024, a AdC aplicou coimas superiores a 500 milhões de euros a grupos como a Sonae, Jerónimo Martins e Auchan, além de diversos fornecedores, por práticas que asseguraram o alinhamento artificial de preços de bens essenciais por períodos superiores a uma década.

Em contraste com a pressão financeira sobre as famílias, os principais operadores de retalho alimentar reportaram resultados históricos. A Jerónimo Martins (Pingo Doce) encerrou 2024 com lucros líquidos de 599 milhões de euros, mantendo o crescimento em 2025 com lucros de 484 milhões de euros nos primeiros nove meses (subida de 10%). A Sonae (Continente) registou em 2024 um volume de negócios recorde próximo dos 10 mil milhões de euros, com o resultado líquido do primeiro semestre de 2025 a subir 41%,

fixando-se nos 102 milhões de euros. Estes dados sugerem uma elevada capacidade de retenção de margens, mesmo num período de alegada pressão sobre os custos.

A par da inflação alimentar, o setor dos serviços demonstra uma resistência elevada à descida de preços, com uma taxa de inflação persistente de 4%. Os dados detalhados mostram que a restauração e hotelaria registaram uma subida de 5,99% (atingindo 6,8% em termos homólogos no final do ano), a educação aumentou 4,24% e a saúde 2,81%.

Esta dinâmica revela que a descida de preços em bens tecnológicos, como os equipamentos telefónicos (-10,6%), ou no vestuário, não é suficiente para aliviar o custo de vida real das famílias, uma vez que as despesas fixas e os serviços essenciais continuam a absorver uma fatia crescente do rendimento disponível.

Este quadro de perda de poder de compra é agravado por uma crise de acessibilidade no mercado habitacional, conforme documentado pelo relatório do Observatório do Imobiliário.

O estudo indica que a aquisição de uma habitação de tipologia T2 é hoje inacessível para as famílias com salários médios nos principais centros urbanos e zonas turísticas. A taxa de esforço nacional média situa-se nos 53%, excedendo largamente os limites de segurança financeira. Em termos regionais, a situação é descrita como crítica: no Algarve, a taxa de esforço atinge os 70%, nos Açores, 68%, e, no distrito de Lisboa, 59%. No mercado de arrendamento, os valores médios em Lisboa (16,15 €/m²) e Faro (16 €/m²) implicam que o arrendamento de uma casa de 100m² custe mais de dois mil euros mensais, o que impossibilita até a permanência de famílias de classe média nos grandes centros.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o deputado do Bloco de Esquerda dirige ao Governo, através do Ministério da Economia e da Coesão Territorial, as seguintes perguntas:

- 1) Tem o Governo previsto tomar medidas extraordinárias para mitigar a inflação nos bens alimentares e serviços e bens essenciais?
- 2) Considerando que os dados do INE indicam uma inversão na tendência de abrandamento dos preços alimentares, com subidas expressivas em bens essenciais não transformados, nomeadamente na carne (7,7%) e no peixe (7,3%), e perante a constatação de que dois terços do cabaz das famílias encareceram em 2025, pretende o Governo, através da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e ou em articulação com a Autoridade da Concorrência, reforçar a fiscalização sobre a formação de preços e as margens de lucro na cadeia de distribuição, de forma a garantir que não existem práticas especulativas que penalizem o consumidor final?
- 3) Como justifica o Governo que, num cenário de descida dos custos de energia e matérias-primas, o preço dos alimentos frescos tenha acelerado para os 2,8% em 2025, e que medidas de fiscalização foram tomadas para impedir a retenção indevida de margens pela grande distribuição?
- 4) Considerando o histórico de condenações por práticas de hub-and-spoke, que novos mecanismos de monitorização em tempo real estão a ser implementados pela ASAE e pela AdC para detetar indícios de cartelização no retalho alimentar em 2026?
- 5) Que avaliação faz o Governo sobre o facto de os lucros dos grandes grupos de distribuição crescerem a dois dígitos (10% a 41%) enquanto se assiste ao aumento generalizado dos preços dos bens essenciais?

Deputado(a)s

FABIAN FIGUEIREDO(BE)